

Velhos trabalhadores: retratos de pessoas 60+ em busca de carteira profissional de trabalho em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (1933)

Old workers: portraits of people 60+ seeking professional employment book in Porto Alegre, Rio Grande do Sul (1933)

Aristeu Lopes*
Mauro Dillmann**

Resumo: Este texto identifica e analisa quem eram as pessoas 60+ que, em 1933, buscaram a carteira profissional de trabalho em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a partir das fichas de qualificação profissional e das fotografias 3x4 destas fichas, da Delegacia Regional de Trabalho. Em diálogo com historiografia sobre cultura (de/e) trabalho no Brasil, buscamos os sentidos da relação idade e trabalho no período e a identificação desses trabalhadores velhos e velhas, tanto pelos dados pessoais indicados no documento manuscrito quanto pela fotografia 3x4, a revelar aspectos fisionômicos. Atentos aos significados sociais e culturais da dinâmica trabalhista dos anos 1930, o texto aponta para as profissões e funções exercidas em variados ramos de comércio, fabril e de serviços na capital gaúcha. E, amparados nos debates teóricos da fotografia e da cultura visual, traz evidências inéditas sobre a velhice trabalhadora: a presença de um rosto, de um olhar, um segmento do corpo, um vestígio da vida.

Palavras-chave: Carteira Profissional de Trabalho. Velhos. Fotografia 3x4.

Abstract: This text identifies and analyzes the individuals over 60 who, in 1933, sought professional employment book in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, based on professional qualification forms and 3x4 photographs of these forms, obtained from the Regional Department of Labor. In dialogue with the historiography of culture (of/and) work in Brazil, we explore the meanings of the relationship between age and work in the period and the identification of these elderly workers, both through the personal data indicated in the handwritten document and through the 3x4 photograph, which reveals facial features. Attentive to the social and cultural meanings of the labor dynamics of the 1930s, the text highlights the professions and roles performed in various sectors of commerce, manufacturing, and services in the capital of Rio Grande do Sul. And, supported by theoretical debates on photography and visual culture, it presents unprecedented evidence of working older people: the presence of a face, a gaze, a segment of the body, a vestige of life.

Keywords: Professional Employment Book. Older people. 3x4 Photograph.

* Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq.

** Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

Introdução

No Rio Grande do Sul das primeiras décadas do século XX, o contingente de trabalhadores assalariados urbanos crescia, empregados nas mais variadas atividades de serviço, comércio e indústria que despontavam com o crescimento das cidades, com a chegada de maior número de imigrantes europeus e com o desenvolvimento econômico desses setores da economia cidadina.¹ O aumento do consumo por determinados bens favorecia o desenvolvimento do empresariado, cujas fábricas empregavam diversos trabalhadores, entre jovens aprendizes, homens e mulheres, de diferentes faixas etárias.

Na Primeira República o movimento operário e sindical esteve bastante organizado e o Brasil conheceu inúmeras greves e paralisações por reivindicações de salários e melhores condições de trabalho. Nos anos 1920, entretanto, mais do que os sindicatos, ainda eram as mutuais que cumpriam com maior eficácia o papel de proteção dos trabalhadores, por serem entidades associativas mais sólidas comparadas aos sindicatos e seus riscos de repressões (VISCARDI, 2004; SILVA JR, 2004). As reivindicações por direitos como salário-mínimo e jornada de 8 horas diárias eram constantes nos movimentos de trabalhadores e suas associações durante os anos 1920. Assim, quando Getúlio Vargas se estabelece no poder em 1930, a política trabalhista não se demora, uma vez que o novo governo se aproveitou das reivindicações históricas da classe trabalhista para estabelecer um acordo: concedia leis em troca da “obediência” dos operários (GOMES, 2005).

Após 1930 um maior controle sobre os trabalhadores se impõe, já que as associações foram desarticuladas em detrimento do sindicalismo e a legislação trabalhista tendeu a harmonizar as relações (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 334). O projeto getulista tinha suas fragilidades. Como demonstrou Alexandre Fortes, a intenção de ampliar a legislação de proteção ao trabalho e a fiscalização de sua aplicação não pode ser generalizada, uma vez que o cumprimento da legislação enfrentava resistências dos patrões “na maioria das vezes” (FORTES, 2004, p. 323).

Em 1934, os trabalhadores tinham jornada de trabalho regulada e, em 1936, o salário-mínimo. A Consolidação das Leis do Trabalho chegaria apenas em 1943, com

¹ A historiografia sobre a temática no Rio Grande do Sul é vasta, com importantes estudos nos últimos anos, entre outros, ver: LONER, 2001, PETERSEN, 2001, FORTES, 2004, BILHÃO, 2005, KONRAD, 2006, SCHMIDT, 2010, SPERANZA, 2012, SILVA, 2014, SCHEER, 2020.

garantia, por exemplo, do direito a férias. Antes disso, em 1932, um primeiro passo nessa direção foi a criação e implantação da carteira profissional de trabalho, um documento importante para atestação da profissão e do vínculo empregatício do trabalhador. Encarado desde então como o “documento de identidade do trabalhador”, a carteira “funcionava como prova nas disputas judiciais com os patrões” (CARVALHO, 2011, p. 112).

Imerso nesse universo de reivindicações de leis trabalhistas e de efetivação de algumas conquistas ao trabalho e aos trabalhadores, analisaremos a presença de pessoas velhas nas solicitações de carteira profissional de trabalho, que desenvolviam suas atividades laborais em Porto Alegre, ² capital do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, no ano de 1933, identificando essas pessoas pelo nome completo e pelas imagens de seus rostos em fotografias 3x4. Temos, assim, um duplo objetivo: primeiro, identificar a atuação de velhos no mercado de trabalho no início da década de 1930, compreendendo os possíveis limites entre vida produtiva e vida improdutiva, principalmente ao considerar os significados culturalmente construídos para a idade avançada e para a relação entre idade e trabalho; segundo, identificar exclusivamente os trabalhadores 60+ solicitantes de carteira e suas profissões, além de conhecer os rostos, os aspectos fisionômicos e os elementos físicos peculiares de suas expressões faciais. Para o primeiro objetivo, valemo-nos da vasta historiografia voltada ao trabalho no início do século XX e da escassa produção a respeito da velhice; já para o segundo objetivo, nossas fontes são os formulários de solicitação de carteira profissional de trabalho pertencentes ao acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS).³

Hoje todo trabalhador brasileiro pode obter a atual Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), de modo rápido e de forma digital por meio de preenchimento de formulário do Ministério do Trabalho e Emprego no *site gov.br*. Na prática, quando a carteira surgiu, em 1933, logo tornar-se-ia um importante

² O recorte geográfico se explica, tendo em vista que em 1933 as primeiras carteiras passaram a ser solicitadas somente em Porto Alegre, ampliando os pedidos a partir do ano seguinte para alguns dos demais municípios do estado.

³ O Acervo da DRT/RS está salvaguardado no Núcleo de Documentação Histórica Prof^a Beatriz Loner da Universidade Federal de Pelotas. O conjunto documental é constituído por, aproximadamente, 627.000 fichas de qualificação profissional entre os anos de 1933 e 1968. A pesquisa realizada com essa documentação é feita a partir de um banco de dados, que reproduz os campos da ficha de qualificação profissional, permitindo cruzar e estabelecer parâmetros para a consulta. Sobre o acervo da DRT/RS, ver: (LONER, 2010).

documento trabalhista, a registrar profissão, emprego e tempo dedicado ao labor, mas também certa estratégia de tentativa de controle social que extrapolava a ordem do simples registro. Para o trabalhador e para o empregador, o documento se conformava como um mecanismo seguro de comprovação de profissão, de salário, de emprego, de estabilidade (ou não) e de certos padrões de conduta. Atualmente, ter carteira assinada remete à segurança de trabalho. Em 26 de agosto de 2024, o jornal *Folha de S. Paulo* – grande mídia com perfil mais conservador, presidida por Luiz Frias de Oliveira – indicou que 70% dos informais querem carteira assinada, sete anos após a reforma trabalhista.⁴

Para que qualquer trabalhador acima de 16 anos pudesse solicitar sua carteira profissional de trabalho, o governo incumbiu as Delegacias Regionais do Trabalho (inicialmente chamadas de Inspetorias) em todos os estados da federação. Tratava-se de um órgão ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Em 1933, a Delegacia do Rio Grande do Sul entrava em funcionamento, na capital, Porto Alegre. Conforme o decreto que criou a carteira,⁵ o trabalhador podia se dirigir à Delegacia ou os empregadores ou os sindicatos deveriam providenciar as solicitações, o que resultou no preenchimento coletivo de muitas fichas e a busca por fotografias 3x4 realizadas, geralmente, no mesmo dia. O documento-base para a emissão da carteira era o formulário de qualificação profissional, o documento que constitui o acervo da DRT/RS analisado neste texto. A carteira foi instituída para as pessoas maiores de 16 anos e direcionada para homens e mulheres, no conjunto, tratava-se de jovens, adultos e velhos. São estes últimos que analisaremos uma amostra mais adiante, referente ao ano de 1933, formado – para nossa surpresa inicial – por uma maioria significativa de homens.

Diante dessa documentação, nossa atenção esteve voltada às condições de produção dessas fichas, às circunstâncias dessa produção, às condições de enunciação, aos modos como foram produzidas, aos motivos pelos quais determinados campos eram preenchidos, bem como suas intencionalidades. Por ora, cumpre especificar as informações contidas nos formulários, fonte principal a nos revelar o perfil dos trabalhadores, quer fossem alfabetizados, quer não.

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/08/criacao-de-vagas-com-carteira-assinada-de-janeiro-a-julho-supera-o-saldo-de-2023-diz-marinho.shtml>. Acesso em: 12/03/2025

⁵ BRASIL. Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932. Institui a carteira profissional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d21175.htm. Acesso em: 22/06/2025.

O documento registrava nome completo, data de nascimento, sexo, estado civil, número de dependentes, endereço e grau de instrução. Ainda no campo de dados pessoais, havia espaço para anotações de peculiaridades sobre a aparência do trabalhador, como o uso de barba e/ou bigode, eventuais sinais particulares no corpo ou deficiências físicas. Nos dados profissionais, informava-se a profissão, o possível vínculo sindical e o local de trabalho, em caso de já estar empregado.⁶ Os dados da empresa também eram registrados, como o nome fantasia e o tipo de atividade produtiva. No verso do documento, uma fotografia 3x4,⁷ devidamente identificada com a data, as digitais e um campo aberto a anotações.

Os formulários são documentos burocráticos, mas que atentamente questionados na pesquisa histórica podem revelar muito mais do que meros dados em si. Com eles é possível explorar a dimensão simbólica da vida dos trabalhadores, identificando peculiaridades individuais, mas também levando em conta que esses trabalhadores e trabalhadoras, embora singulares, também eram representativos de um universo amplo e de uma concepção econômica e cultural de trabalho. Assim, tanto as fontes (os formulários) precisam ser compreendidas como produtos daquele momento histórico e de um cenário que justificava sua produção, quanto o conjunto de trabalhadores velhos (identificados e analisados na sequência) precisam ser entendidos como representativos de um quadro sociocultural maior. A representatividade, porém, não implica uniformidade, mas uma perspectiva de possibilidade. Desse modo, é plausível construir significados e explicações, discutindo rigorosamente as informações trazidas pelos formulários.

A pesquisa desenvolvida partiu da consulta à organização quantitativa total das fichas constantes no arquivo.⁸ Depois selecionamos somente as fichas dos

⁶ A documentação da DRT mostra a prevalência de pessoas já empregadas fazendo a solicitação da carteira, demonstrando que, nesta primeira década de existência do documento, eram fundamentalmente as empresas que, para ficar em conformidade com a Lei, solicitavam a emissão da carteira.

⁷ A fotografia com data identificada era quesito obrigatório já apontado no decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, que criou a carteira profissional de trabalho. O trabalhar devia dispor de três fotografias 3x4: uma para o formulário, outra para a confecção da carteira e outra para arquivo, no Rio de Janeiro. Cf. BRASIL. Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932. Institui a carteira profissional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d21175.htm. Acesso em: 22/06/2025.

⁸ A identificação dos trabalhadores velhos nas fichas de qualificação profissional partiu da busca no banco de dados no campo “data de nascimento”, especificamente o ano de nascimento, restringindo somente aos nascidos no século XIX. Posteriormente, esses resultados foram cruzados com o campo “data de solicitação da carteira”, selecionando o primeiro ano de emissão do documento, 1933.

trabalhadores e trabalhadoras 60+ no momento da solicitação da carteira. No entanto, considerando as possibilidades de análise nos parâmetros de um artigo, limitamos a pesquisa ao primeiro ano de solicitação, 1933. Entre os motivos para essa delimitação, em parte arbitrária, vale mencionar a busca pela conformação de um quantitativo de fichas a partir do qual pudessem ser considerados: a real possibilidade de análise, a presença de pessoas não brancas, a diversidade de vínculos profissionais e a variedade de ocupações. Embora inicialmente tivesse sido nossa intenção buscar a análise de fichas a partir de um relativo equilíbrio entre homens e mulheres, constatamos, posteriormente, que no ano de 1933, de um conjunto de 77 pessoas trabalhadoras 60+, apenas duas eram mulheres.

Por ser o primeiro ano dos pedidos, o número de velhos solicitantes de carteira é proporcionalmente maior, quando comparado aos dois anos seguintes.⁹ Assim, apresentar a análise apenas de 1933 permite uma amostra desse segmento social trabalhador que viveu e envelheceu entre a Monarquia e a República, além de possibilitar averiguar melhor as suas fotografias. Dessa forma, consideramos os registros fotográficos em pequeno formato como condutores de investigação que não toma a fotografia por si mesma, pela sua materialidade, e, sim, como de uma compreensão da sociedade (MENESES, 2003).

Importa ressaltar que, com esses documentos, como já dissemos, procuramos compreender os sentidos da idade entre os trabalhadores das empresas (geralmente fábricas e comércios) da Porto Alegre daquele período e os sentidos da relação entre idade avançada e o trabalho. Os usos e os significados da carteira profissional de trabalho mudaram no decorrer do século XX. Nossa atenção está voltada àquele momento específico em que esse documento – até então desconhecido pela massa de trabalhadores – ganha notoriedade e relevância para as relações trabalhistas e para a cultura do trabalho.

Velhos e velhas no mercado de trabalho

Em 1933, quando se iniciavam os processos de solicitação de carteira profissional de trabalho no Brasil, havia se passado 45 anos da abolição da

⁹ Nas fichas de 1934, não apenas de Porto Alegre, foram localizados 32 trabalhadores com 60+, nascidos entre 1858 e 1874, enquanto em 1935, o total é de 50 solicitações de nascidos entre 1855 e 1875.

escravatura e cerca de 20 anos dos primeiros movimentos grevistas nas principais cidades do Rio Grande do Sul. As pessoas velhas no início da década de 1930 haviam nascido no período imperial e suas memórias certamente carregavam lembranças, de vida e de trabalho, do passado escravocrata tão próximo.¹⁰ Atentar a esse aspecto é fundamental para entender que esses velhos e velhas viveram o antes e o depois da escravidão, sendo testemunhas da mudança de estatuto político de muitas pessoas e também das diferentes experiências de trabalho possíveis e juridicamente legítimas, porque reconhecidas pelo Estado. É claro que no período imperial já se conhecia o trabalho livre, assalariado, e que a abolição no final da década de 1880 tenha representado o desvencilhar os últimos resquícios de trabalho forçado e a sua impossibilidade jurídica.

Outro aspecto a estar na memória dos velhos que solicitavam carteira em 1933 foram as greves dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul ou em outros estados. As greves das duas primeiras décadas do século XX trouxeram consequências às classes trabalhadoras. A primeira greve geral do estado, realizada em Porto Alegre no ano de 1906, por exemplo, “foi a maior manifestação pública do operariado até então ocorrida no Rio Grande do Sul, marcando a visibilidade da classe diante do patronato” (SCHMIDT, 2005, p. 79). Em 29 de outubro de 1933 Porto Alegre conheceu a primeira greve pós-30 promovida pelos trabalhadores de padarias e conhecida como “caso padeiral”, bem analisada por Alexandre Fortes (2004). A greve, ocorrida durante o governo municipal de Alberto Bins, foi uma reação ao descumprimento da legislação “que estabelecia a semana de trabalho de 48 horas semanais, a jornada de 8 horas e o repouso dominical” (FORTES, 2004, p. 303). Portanto, nesse momento, em Porto Alegre, “reafirmava-se a necessidade da organização e mobilização sindicais para a obtenção de conquistas reais”, sendo a greve dos padeiros a abertura de “um período de ascensão e radicalização das lutas dos trabalhadores que atingiria o seu ápice em 1935” (FORTES, 2004, p. 324).

Mudanças políticas também motivaram a organização de um sistema previdenciário e o direito à aposentadoria começava a ser institucionalizado nos anos 1920 e 1930. Em 1933 tem-se a criação dos institutos de aposentadorias e pensões

¹⁰ Uma boa análise da transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Porto Alegre, passando pela libertação por contrato de prestação de serviço nos anos 1880, pode ser conferida em MOREIRA, 2002, p. 251-257.

(IAPs). O deputado federal Eloy Chaves, responsável pela lei de 1923 que criou a Caixa de Aposentadorias para os trabalhos ferroviários, teria dito:

Até agora, os funcionários das ferrovias do país não têm nenhuma garantia para seus dias de velhice e para arrimo de sua família em caso de morte (...). Estamos em novos tempos. As classes menos favorecidas aspiram mui justamente a um maior quinhão de vida e de conforto. Cumpre atendê-las com espírito liberal e amigo.¹¹

Aposentadorias, pensões e asilos fizeram parte de um contexto de incremento de ações políticas e de ampliação de conhecimentos em torno dos velhos (GOIS JR, 2000, p. 94). Conhecimentos, mas não direitos plenos para todos. Os IAPs eram baseados em categorias profissionais e seus recursos provinham do governo, dos patrões e dos trabalhadores. Os benefícios variavam, a depender de cada IAP. No entanto, autônomos, domésticas e trabalhadores rurais (a maioria), não sindicalizados, não se beneficiavam da política de previdência (CARVALHO, 2011, p. 114). Pouco tempo antes, até os anos 1930, os empregadores usavam de um controle rígido da força de trabalho, pois os contratos eram verbais e não havia uma política de direitos trabalhistas (BARBOSA, 2008, p. 104). Na ausência de legislação que assegurasse direitos trabalhistas, os contratos de trabalho estariam vinculados à lógica produtiva da força de trabalho. E essa força certamente não advinha das camadas velhas da população, num país marcado pela curta longevidade. Segundo dados do IBGE – criado oficialmente em 1938¹² – no ano de 1939 o Brasil apresentava um percentual de apenas 3,72% da população como tendo mais de 60 anos (GOIS JR, 2020, p. 94).

Ainda que a idade e a experiência não indiquem, por si, aumento ou queda produtiva, é possível aventar para a relação entre as mudanças nas condições biológicas do corpo em função da idade e a empregabilidade. Quanto mais velhos, menos empregos e menores garantias de renda. A mão de obra era “predominantemente jovem”, em contraposição ao velho, encarado nos discursos científicos eugênicos como fraco e doente (PEREIRA, 2023, p. 112). Além disso, a

¹¹ Agência Senado. WESTIN, Ricardo. Primeira lei da Previdência, de 1923, permitia aposentadoria aos 50 anos. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>. Acesso em 23.05.2025.

¹² Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/images/memoria/linha-do-tempo/LinhaDoTempoSemImagem.pdf>. Acesso em :24/05/2025.

“intensidade do trabalho gerava trabalhadores desgastados, rapidamente ‘velhos’ sem relação direta com a idade biológica” (BARBOSA, 2008, p. 104). Na perspectiva eugênica, predominava a visão negativa do corpo velho, o qual estava na contramão do vigor físico juvenil, um corpo considerado inválido, além de feio e sujo, como constatou Antônio Carlos Pereira (2023, p. 111) ao analisar a obra “Envelheça sorrido” (1949), do médico Renato Kehl.

Ainda que nem todas as pessoas velhas nos anos 1930 pudessem ter clareza ou plena compreensão (no sentido de um distanciamento crítico para atribuir sentido à sua experiência) das mudanças nas formas de trabalho, das lutas dos trabalhadores e/ou das continuidades de explorações trabalhistas, esse entendimento estava presente em estado latente na história de vida de cada um, no corpo que existia e resistia em busca de empregabilidade nas fábricas e comércios citadinos. Gois Jr, em suas pesquisas sobre velhice e modernidade urbana, em São Paulo e no Rio de Janeiro, analisou impressões de cronistas de jornais, os quais comparavam a velhice aos espinhos, à tristeza, à falta de saúde, pois “ficar velho era prova de resistência e heroísmo, sobretudo se fosse um trabalhador” (GOIS JR, 2000, p. 98). Os trabalhadores velhos encontrados nos dados da DRT/RS, com 60 anos ou mais, vão ao encontro da afirmação do autor, uma vez que, apesar de suas idades consideradas avançadas para a época, continuavam atuando no mercado de trabalho, como demonstram seus pedidos de carteira. Dessa forma, analisar as informações sobre eles e dar nova visibilidade para seus rostos é uma maneira de historicizar a velhice, com uma análise mais sensível tornando evidente suas histórias de trabalho.

Os velhos em 1933

Cumprir pensar quem eram os 75 homens e as duas mulheres 60+ que, em 1933, solicitavam carteira profissional de trabalho, no montante da documentação de que dispomos para a pesquisa. Uma consideração importante é a quase ausência de mulheres velhas (acima de 60 anos) em 1933. Essa averiguação não significava a ausência delas no mercado de trabalho, mas, arriscamos dizer, um espaço na cultura do trabalho que as excluía de uma atuação profissional reconhecida, ao menos no aspecto simbólico, discursivo e de certo consenso social e político. Provedores eram as figuras masculinas. A constituição de 1934, por exemplo, ao prever a criação do salário-mínimo, no seu artigo 124, mencionava o “chefe de família”, ou seja, o

masculino: “A lei assegurará (...) um salário-mínimo capaz de satisfazer (...) as necessidades normais da vida de um trabalhador chefe de família” (POLETTI, 2012, p. 88). Ser mulher e ser velha trazia um peso simbólico significativo para aquelas que precisavam e desejavam espaços trabalhistas formais. Em relação ao conjunto das fichas de qualificação profissional já inserido no banco de dados, há 39.878 homens e 10.761 mulheres. Entre essas, a mais velha nasceu em 1866 e solicitou em 1933, como será tratado em seguida. Na sequência, outras 33 mulheres com mais idades nasceram na década de 1870, sendo que todas as solicitações ocorreram após 1933. Especificamente no primeiro ano da DRT/RS, as demais mulheres mais velhas tinham, respectivamente, 50 anos (13 trabalhadoras) e 49 anos (3 trabalhadoras).

Como explicado anteriormente, os pedidos de carteira começaram em Porto Alegre, o que restringe a seleção das fichas analisadas para somente trabalhadores que solicitaram o documento nesta cidade. Assim como no caso das mulheres, isso não exclui a existência de fichas de pessoas idosas de outros municípios, as quais constam nos dados, mas não estão inseridas dentro do escopo metodológico da pesquisa realizada para o desenvolvimento deste artigo.¹³

O mais velho, nascido em 01 de abril de 1855, tinha 78 anos em 1933 quando foi fotografado à solicitação da carteira. Tratava-se do carpinteiro João José de Azevedo, natural de Vila do Conde, Portugal, viúvo e pai de seis filhos, que trabalhava na Livraria do Globo. A mais velha se chamava Hanna Jansson, nascida em 10 de julho de 1866, em Estocolmo, Suécia, e, no momento da produção de seu registro fotográfico, em 1933, já havia completado 67 anos. Ela era viúva, dois filhos como dependentes e era zeladora do Cinema Colombo. O quadro 1 apresenta a data de nascimento e o número de trabalhadores correspondentes.

¹³ Como exemplos, citam-se dois trabalhadores de Pelotas: Alexandre de Souza Coelho e Ascendino de Moura, ambos nascidos em 1879 e solicitaram suas carteiras no ano de 1941, quando completaram 62 anos. A ficha do primeiro registrou sua cor como “branca”, cabelos “grisalhos”, estado civil “casado”, profissão “químico prático” e local de trabalho o “Curtume Coelho”. A do segundo apontava a cor como “branca”, cabelos “castanhos”, estado civil “casado”, profissão “guarda noturno” e local de trabalho as lojas “Mesbla S.A.”.

Quadro 1: Trabalhadores 60+ em 1933.

Data de nascimento	Nº de trabalhadores
1855	1
1857	2
1859	1
1860	2
1861	2
1863	2
1866	2
1867	5
1868	4
1869	5
1870	10
1871	10
1872	15
1873	16
Total: 77	

Fonte: Elaboração dos autores, 2025. Acervo: DRT/RS-NDH-UFPeL.

O levantamento demonstra que mais da metade (51 trabalhadores) tinham entre 60 e 62 anos, enquanto os demais nasceram nas décadas de 1850 e 1860. Esse conjunto de trabalhadores 60+ é constituído por pessoas que desempenhavam atividades profissionais em diversos tipos de estabelecimentos, desde trabalhos considerados manuais até ocupações que dependiam de formação profissional. A profissão mais registrada é a de “auxiliar de comércio” ou apenas “comércio”, totalizando 13 fichas. Esses trabalhadores estavam vinculados tanto a empresas comerciais como a fábricas. No primeiro grupo, consta que dois deles atuavam na loja de secos e molhados Edmundo Dreher e Cia. e um na Schwarz, Falkmann e Cia., do mesmo ramo, outro trabalhava em uma agência de automóveis chamada Danree e Cia., e um na empresa Viúva Felipe Becker, identificada como importadora de ferros. No segundo grupo, das fábricas, um estava vinculado a Ernesto Neugebauer e Cia., de chocolates, outro à refinaria da Sociedade de Banha, um terceiro a Frederico Mentz e Cia, outros dois à Fábrica de chapéus Oscar Teichmann e Cia. e um à Fábrica de Massas Damiani Irmãos.

Outros três estavam vinculados à Livraria do Globo, um dos estabelecimentos mais importantes do ramo de papelaria e editoração de livros de Porto Alegre e um dos empreendimentos mais demandados nas solicitações de fichas na DRT/RS, com

314 pedidos. (LOPES, 2015). Dois desses trabalhadores nasceram em 1857 e o outro em 1861, somando-se aos mais velhos entre os demandantes de carteira. Em 1933, eles completaram 76 e 72 anos respectivamente e, mesmo com as idades consideradas avançadas para a época, continuavam trabalhando no atendimento aos clientes da livraria, já que esta era uma das tarefas de quem trabalhava com comércio.

Embora a ficha não registrasse o ano de admissão dos trabalhadores, é possível considerar a hipótese de que eles já atuavam a certo tempo na livraria. Conforme Elisabeth Torresini, a fundação ocorreu em 1883 como uma papelaria e se tornou, a partir dos anos 1930, em um complexo empresarial, com filiais em outros municípios do estado e escritórios no Rio de Janeiro e em São Paulo (TORRESINI, 1999). Em outras palavras, devido a sua longa trajetória, é possível que os três trabalhadores já atuassem a um certo tempo junto aos balcões de atendimento da livraria. Outro aspecto que pode amparar a hipótese é a provável impossibilidade da contratação de pessoas mais velhas para desempenhar certos cargos, algo presente no etarismo instituído na sociedade – no passado e, também, no presente – que considera os mais velhos inaptos para determinadas funções. Nesse sentido, os três trabalhadores envelheceram concomitante aos anos de atuação da Livraria e, talvez, auxiliando os empregados mais novos. Em uma busca específica pelos demais auxiliares de comércio da Livraria do Globo no banco de dados, que também solicitaram em 1933, foram localizados outros 38 trabalhadores, o que demonstra a relevância do empreendimento naquele momento. Entre eles, um nascido em 1917, três em 1916 e dois em 1914, com, respectivamente, 16, 17 e 19 anos. A Livraria do Globo, devido ao significativo número de pedidos de carteira, permite essas considerações e exemplifica a possibilidade de uma longa permanência de trabalhadores 60+ no mercado de trabalho e uma possível atuação ao lado de jovens trabalhadores. Outros três trabalhadores velhos também estavam vinculados à livraria. Um desempenhava a função de servente, outro era guarda noturno e o terceiro era carpinteiro, sendo o trabalhador João José de Azevedo, como visto acima, o mais velho entre todos.

Da mesma forma que os 13 auxiliares de comércio, todas as fichas registraram tanto a profissão como o local de trabalho. Isso se deve, conforme apontado anteriormente, pelo fato de que, nos primeiros anos após a criação da Delegacia Regional de Trabalho era mais comum os patrões conduzirem seus empregados à

solicitação do documento do que a busca espontânea pela carteira.¹⁴ A exceção, contudo, é o trabalhador cuja ficha registrou a profissão como barbeiro, já que ele era autônomo, conforme indicou o campo “estabelecimento” que repete o seu nome com o local de trabalho. Em outras palavras, ele era o dono da barbearia, mas, mesmo assim, resolveu solicitar sua carteira profissional. A maioria dos trabalhadores, totalizando 25 deles, desempenhava ocupações manuais, como apresto,¹⁵ (três trabalhadores) marceneiro (três trabalhadores), carpinteiro (dois trabalhadores), sapateiro (dois trabalhadores), tecelão (dois trabalhadores), padeiro, jardineiro, tipógrafo, costureira, barbeiro, tintureiro, ótico, macheiro fundidor, polidor, foguista, chocolateiro, confeitoiro e encadernador. As fichas de três trabalhadores registraram que eles eram ajudantes, respectivamente, de tintureiro, jardineiro e de limpeza. Outros seis trabalhavam como serventes, sendo que este tipo de ocupação nem sempre se referia ao trabalho de higienização dos espaços físicos. É possível considerar que se tratava de uma alternativa do empregador que os contratava com esta ocupação para pagar um salário menor. Essa é uma explicação possível para compreender o motivo de alguns estabelecimentos possuírem um número considerável de serventes nas suas linhas de produção.¹⁶

Outros oito trabalhavam em bancos, sendo que todos os registros complementavam a profissão com adjetivos: “bancário tesoureiro”, “bancário contínuo” (três registros), “bancário titulado escriturário”, “bancário avaliador”, “bancário comprador-expedidor” e “bancário guarda-livros provisionado”. Os seis primeiros atuavam no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e os dois últimos no Banco Portoalegrense e Banco Nacional do Comércio, respectivamente. Ainda, constavam quatro ferroviários, dois operadores de bomba de gasolina, dois guardas noturno, um redator de jornal, uma zeladora, um maquinista de teatro, um guarda-livros, um estivador, um ensacador, um classificador, um jornaleiro, um guarda externo e um “funcionário particular”.

¹⁴ Em 22 de novembro de 1933 o jornal *A Federação* publicou uma lista de algumas empresas de Porto Alegre que estavam sendo chamadas na Inspeção Regional do Trabalho. O motivo não era exposto, mas, certamente, a carteira era uma das pautas que seriam tratadas com os proprietários dos estabelecimentos.

¹⁵ Trabalho voltado ao preparo dos tecidos nas fábricas têxteis.

¹⁶ É o caso do Frigorífico *Armour of Brazil Corporation*, de Santana do Livramento, que, do total de 663 fichas, 555 registraram servente como profissão. Sobre os trabalhadores serventes ver: (LOPES, 2023).

A partir dos dados acima, é nítido que os trabalhadores 60+ desempenhavam atividades variadas, atuando na indústria, no comércio e no setor de serviços. A participação em ocupações distintas revela que alguns deles, apesar das idades, trabalhavam realizando esforço físico, como os trabalhadores do setor têxtil, dos que manuseavam madeira e dos que atuavam nas fundições. Entretanto, nesse escopo, certamente o estivador e o ensacador necessitavam de melhor preparo físico para dar conta de suas atividades cotidianas, enquanto os guardas noturnos precisavam estar vigilantes durante a noite, provavelmente, trabalhando até o amanhecer.

Alguns dos trabalhadores 60+ desempenhavam suas funções em fábricas localizadas na região do Quarto Distrito de Porto Alegre, local de concentração de diversas empresas e frequentado por milhares de trabalhadores. Esse era o caso dos vinculados a Companhia Fiação e Tecidos Portoalegrense, A. J. Renner e Ernesto Neugebauer e Cia. (FORTES, 2004, p. 44). Outras fábricas que constaram nas fichas são Wallig e Cia., de camas e fogões, Cervejaria Continental, de cervejas, Sociedade Indústria e Comércio LTDA, de meias, Jamardo Irmãos, de móveis, Termignoni, Vacchi e Cia., de calçados, Oscar Teichmann e Cia., de chapéus, e Damiani Irmãos, de massas. Há ainda aqueles vinculados aos estabelecimentos comerciais, além da Livraria do Globo, constava Livraria Americana, Padaria Familiar, Ferragem Etzberger Irmãos e Cia., Barbearia Antonio Ferreira dos Santos, Ourivesaria Foernges e Irmãos, Serraria Oliva Iassi e Cia., Sapataria Carlos Lindner, Marcenaria A Laqueadora, Oficina Mecânica Uhr e Cia., Agência de automóveis Danree e Cia. Ainda, Teatro Avenida, Cinema Colombo, Cine-teatro Apolo, Associação Comercial, Importadora de ferros Viúva Felipe Becker, Serraria Oliva Iassi e Cia. e Companhia tipográfica Metzler Ltda. No setor de transportes constava a Viação Férrea do Rio Grande do Sul e a Companhia Carris Portoalegrense.

Em relação ao campo cor, a pesquisa identificou que as fichas registraram “branca” para 68 deles, sendo apenas quatro como “preta”, enquanto as demais denominações foram três como “morena”, uma “parda” e uma “mista”. Sobre as cores, apenas pelo documento não é possível conferir se elas foram autodeclaradas ou não. A definição poderia ser realizada a partir de um entendimento pessoal do solicitante, que assim declarava ser a cor da sua pele, mas o registro também poderia ter partido de quem preencheu o documento – o funcionário da Delegacia, alguém da empresa ou do sindicato – de acordo com seu juízo de valor. O momento de

solicitação da carteira estava relacionado com um contexto de desenvolvimento de teorias racistas e de expectativas de embranquecimento, algo previsto no pós-1888. O discurso racial asseverava que o Brasil no “futuro seria branco e ocidental” (SCHWARCZ, 1994, p. 146). Associado com essa concepção preconceituosa, os industriais, nas primeiras décadas do século XX, preferiam contratar uma mão de obra formada por operários imigrantes, conforme definido por Sandra Pesavento, o que, nas palavras da autora, “revela, no caso, um preconceito arraigado que, (...) a mão de obra imigrante era considerada superior, regeneradora, sem a mácula da escravidão e melhor habilitada para o desempenho das tarefas fabris” (PESAVENTO, 1989, p. 71). Dessa forma, é possível considerar, por um lado, que muitos trabalhadores e trabalhadoras optavam por se identificar como “brancos” e não por outra cor que poderia prejudicá-los na busca por uma nova colocação no mercado de trabalho após o vínculo atual que tinham quando da solicitação da carteira. Por outro, como apontado, há a possibilidade desse preconceito constituir o cotidiano de quem era responsável por registrar os dados na ficha. De qualquer forma, o registro das cores dos trabalhadores velhos não estava distante da realidade do total de solicitações de carteira no período 1933-1944, uma vez que a cor “branca” foi anotada em 85,18% das fichas referentes a todo o Rio Grande do Sul. Essa porcentagem sugere, em acordo com o que foi apontado por Sandra Pesavento, a possibilidade de muitos trabalhadores não brancos continuarem fora do mercado de trabalho formal no pós-1888, sem necessidade de carteira profissional.

Sobre o estado civil, a grande maioria era casado (61), nove eram viúvos e sete eram solteiros. O número de filhos era variável e por vezes elevado, fato comum à época. Entre os exemplos de núcleos parentais (ou simplesmente genéticos) numerosos, temos: o auxiliar de jardineiro Onofre Machado dos Santos, de 66 anos, com 11 filhos; o servente José Pires Sobrinho, de 66 anos, com 10 filhos; o apresto João Rodrigues Braga, de 65 anos, com 9 filhos. Já a costureira Leonie Perrot e Affonso Perrot, que trabalhava com apresto de fazendas, eram irmãos, conforme o registro dos nomes do pai e da mãe anotados em suas fichas.

Sinais particulares também eram registrados. Na maioria dos casos não havia qualquer apontamento sobre possíveis particularidades, geralmente ligada a traços físicos. O servente Aleixo Claudino de Abreu, de 60 anos, possuía uma cicatriz de

corte no lado direito da boca. Outro exemplo eram as cicatrizes nos dedos ou na cabeça, tais como os trabalhadores Raul Rocha Moreira, que trabalhava na agência de automóveis, Joaquim Rodrigues da Silva, vinculado a uma das lojas de secos e molhados e o classificador Zeferino Cardoso, que atuava na serraria. Em relação ao último, consta na ficha a anotação “uma cicatriz no dedo médio da mão direita”, ou seja, é possível considerar a hipótese de um acidente de trabalho ocorrido na serraria, já que o trabalho com madeiras pode ser perigoso especialmente em um momento no qual a segurança do trabalho não era uma prioridade prevista em lei. Outros três trabalhadores tiveram a calvície ressaltada como particularidades.

Dos 77 solicitantes, 46 eram brasileiros e 31 eram estrangeiros. Entre estes últimos, oito eram portugueses, sete alemães, quatro poloneses, quatro italianos, dois franceses, um russo, um romeno, um austríaco, um espanhol, um belga e um sueco. Esse fato corrobora a pesquisa de Pesavento, já mencionada, quanto ao interesse das fábricas em contratar trabalhadores imigrantes. E importa referir a presença de imigrantes de várias nacionalidades a transitar no centro de Porto Alegre entre os anos 1920 e 1940, conforme as crônicas de Nilo Ruschel, analisadas por Charles Monteiro (2006, p. 437-450).

Entre eles, destaca-se dois trabalhadores alemães, o confeitiro Paulo Julius e o chocolateiro Eugen Slank, ambos vinculados a fábrica de chocolates Ernesto Neugebauer e Cia., inaugurada em 1891. O primeiro chegou ao Brasil em 13 de maio de 1896, com 27 anos, quando a fábrica completava seu 5º aniversário, já o segundo chegou em 24 de outubro de 1927, já perto da velhice, com 54 anos. Os dois desenvolviam tarefas que requeriam formação especializada, o que, possivelmente, era uma demanda da fábrica que deveria contar com pouca mão de obra deste tipo no Brasil. Em 1901, Paulo Julius já trabalhava na empresa, conforme matéria veiculada em *A Federação* sobre uma exposição de produtos do Rio Grande do Sul, realizada em Porto Alegre, na qual um dos expositores foi a Fábrica Ernesto Neugebauer e Cia.: “o confeitiro Paulo Julius expõe, numa vitrine, um castelo feito de açúcar” (LOPES, 2020, p. 121). Conforme Juarez Fonseca, “os povos germânicos são conhecidos pelo gosto e competência na criação de pequenas joias em açúcar” (FONSECA, 2009, p. 49), o que justifica a presença dos dois trabalhadores especializados, portanto “mais experientes, com o domínio do trabalho com o chocolate e das técnicas da confeitaria, podem ter contribuído na formação dos demais chocolateiros e confeitiros” (LOPES,

2020, p. 121). Não é possível, apenas pela ficha, conferir o ano de ingresso dos trabalhadores na fábrica, mas, a chegada de Eugen Slank com 54 anos, ou seja, com provável formação e experiência no trabalho com chocolate, confere a necessidade de mão de obra especializada. Em relação às profissões dos demais trabalhadores nascidos em outros países, somente um bancário de origem portuguesa também requeria determinada especialização para desempenhar suas tarefas.

Fotografias 3x4: os rostos da velhice trabalhadora

Identificar a velhice trabalhadora em fotografias 3x4 permite explorar aquilo que é visível ao olhar interrogativo da pesquisa histórica. A princípio, e de modo objetivo, é possível dizer que poucos aspectos podem ser apontados para além do óbvio que a imagem apresenta. Todavia, para além da descrição do rosto, trazer as fotografias pode ser revelador de muitos outros sentidos.

Conhecer os elementos físicos peculiares de suas expressões faciais significa devolver a esses velhos, trabalhadores de outro tempo, uma expressão corporal, um segmento do corpo, elemento básico da identidade individual. Um rosto talvez esquecido no universo da coletividade de pessoas comuns ou, até mesmo, das memórias familiares.¹⁷ Fazemos, assim, a recomposição da materialidade física reconstruindo carnalmente aquela subjetividade. Para além de uma análise morfológica, do que foi registrado no papel fotográfico, a intenção é tornar presente o sujeito fotografado, cuja fisionomia ficou esquecida no arquivo e, agora, é novamente evidenciada. A forma mais básica para a historiografia ressaltar a individualidade ocorre por meio da identificação do nome. Com as fotografias 3x4, estabelecemos o vínculo entre o nome próprio e a imagem do rosto (imagem construída pelo fotógrafo, bem sabemos), ressaltando simbolicamente uma história própria em maior completude, peculiar, única. Diferente de fazer reviver os personagens históricos apenas pelo nome, a fotografia intensifica a presença.¹⁸

¹⁷ A filósofa da Ciência Vinciane Despret ao mencionar a recomposição sob forma de narrativa da vida de um defunto diz que ao se reconstruir um corpo e uma vida “um não vai sem o outro”, pois “trata-se de reencontrar os vestígios de uma vida vivida naquilo que resta do corpo” (DESPRET, 2023, p. 68).

¹⁸ Veja-se por exemplo, o desejo revelado pela historiadora Regina Xavier quando se deparou com imagem de pessoa biografada. Na abertura de sua tese de doutorado, Regina Xavier escreve sobre o biografado Tito de Camargo: “(...) de súbito, uma outra representação se impôs e pude vislumbrá-lo. Afinal, lá estava pintado o seu rosto, num quadro pendurado com destaque no interior da sacristia da igreja (...). O homem (...) tornava-se naquele momento visível, em traços e cores. Ele finalmente aparecia diante de meus olhos” (XAVIER, 2002, p. 01).

Outro aspecto relevante das fotografias é a consideração da agência da pessoa fotografada. Segundo Ariella Aïsha Azoulay, as fotografias não se reduzem à identidade do fotógrafo, mas aqueles e aquelas que são fotografados participam “na formação do que é capturado na fotografia”, sendo esta “uma arena de incompletude”.¹⁹ Também a visualização, a leitura e a interpretação “participam na produção de seu sentido” (AZOULAY, 2024, p. 197) e temos consciência de que são os historiadores quem, na construção narrativa, mostram, chamam a atenção e escrevem as legendas, não sendo os sujeitos fotografados (ou seus descendentes, ou os grupos que os representam no tempo presente) que ocupam essa posição de dizer e explicar a imagem.

Com essas considerações em vista, as fotografias 3x4 permitem visualizar as marcas do tempo na pele e nos cabelos, as expressões fisionômicas manifestadas no momento da captura de seus rostos, as roupas escolhidas e, em alguns casos, as condições da produção de seus registros. Do total de 77 trabalhadores localizados no recorte da pesquisa, foram averiguadas 68 fotografias 3x4, sendo que as restantes não foram conservadas nas fichas. Metodologicamente, a seleção das fotografias analisadas no texto levou em consideração: 1. Os trabalhadores 60+ mais velhos na ocasião (os das décadas de 1850 e 1860); 2. As trabalhadoras; 3. Parentesco; 4. Trabalhadores não brancos e 5. Diversidade de profissões. Dessa forma, o artigo é constituído por 8 figuras, com total de 57 fotografias.

A figura 1 apresenta quatro trabalhadores: o trabalhador mais velho, nascido em 1855, um dos que nasceu em 1857,²⁰ o trabalhador nascido em 1859 e a trabalhadora mais velha, de 1866. Na figura 2 consta a fotografia 3x4 da segunda trabalhadora e, ao lado, o registro de seu irmão. Completam a figura os três trabalhadores mais velhos da década de 1860, nascidos em 1860 e, os dois últimos, em 1861. Já a figura 3 é composta por oito trabalhadores, os dois primeiros nascidos em 1863, os cinco seguintes em 1867 e o último em 1868. A figura 4 é formada pelas fotografias de outros oito trabalhadores, os quatro primeiros nascidos em 1869 e os quatro últimos em 1870.

¹⁹ Ver plataforma portuguesa de jornalismo *Gerador*, texto de Raquel Rodrigues sobre a exposição fotográfica "Acto de Estado", no Arquivo Municipal de Lisboa, 2020. Disponível em: <https://gerador.eu/exposicao-de-ariella-aisha-azoulay-acto-de-estado-a-fotografia-como-um-espaco-aberto/>. Acessado em 16.09.2024.

²⁰ A fotografia do outro trabalhador nascido em 1857 não consta em sua ficha.



Figura 1: João José de Azevedo (carpinteiro, Livraria do Globo), Raphael Vieira da Cunha (auxiliar de comércio, Livraria do Globo), Max Hanke (encadernador, Livraria Americana) e Hanna Jansson (zeladora, Cinema Colombo). **Fonte:** Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.



Figura 2: Leonie Perrot (costureira, Fábrica Fiação e Tecidos Portoalegrense), Affonso Perrot (apresto de fazendas, Fábrica Fiação e Tecidos Portoalegrense), Alfredo Antonio Lopes (bancário contínuo, Banco do Estado do Rio Grande do Sul), Idelfonso Telles (auxiliar de comércio, Livraria do Globo) e Adolfo Eltz (comércio, Frederico Mentz e Cia.). **Fonte:** Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.



Figura 3: Alexandre Vieira da Silva (servente, A. J. Renner), João Richter (encadernador, Livraria Americana), Joaquim Rodrigues da Silva (Comércio, Edmundo Dreher e Cia.),

Antonio Barbosa (sapateiro, Carlos Lindner), José Pires Sobrinho (servente, Companhia Fiação e Tecidos Portoalegrense), Onofre Machado dos Santos (ajudante de jardineiro, Cervejaria Continental), José Oliveira (ajudante de limpeza, Wallig e Cia.) e Gustavo Ruff (fundidor, Oficina Mecânica Uhr e Cia.). **Fonte:** Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.



Figura 4: Angelo Fadanelli (marceneiro, Companhia Carris Portoalegrense), José Maria Cardoso Paiva (jardineiro, Cervejaria Continental), Jeronymo Lopes (polidor, A Laqueadora), Paulo Julius (Confeiteiro, Ernesto Neugebauer e Cia.), João Pedro Gerber (tintureiro, Soc. Industria e Comércio Ltda), Thomaz Lopes de Sequeira (guarda-livros, Etzberger Irmaos e Cia.), Antonio Ferreira dos Santos (barbeiro, Antonio Ferreira dos Santos) e Johann Foldvari (ajudante de tintureiro, Oscar Teichmann e Cia.). **Fonte:** Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.

A figura 5 apresenta os trabalhadores cujas fichas registraram as cores “preta” (os três primeiros), “morena” (o quarto, o quinto e o sexto), “parda” (o sétimo) e “mista” (o oitavo). A figura 6 apresenta um trabalhador nascido em 1870 e os sete últimos nascidos em 1871. A figura 7 apresenta oito trabalhadores nascidos em 1872. A figura 8 apresenta oito trabalhadores nascidos em 1873.



Figura 5: Venancio Marcellino (ferroviário, Viação Férrea do Rio Grande do Sul), Ramão Fabricio Batista (bancário contínuo, Banco do Estado do Rio Grande do Sul), Antonio Valentim de Almeida (ferroviário, Viação Férrea do Rio Grande do Sul), Miguel Sant’Anna (estivador, Edmundo Dreher e Cia.), João Alves de Freitas (foguista, Companhia Fiação e Tecidos Portoalegrense), Antonio Ignacio Pinto (servente, Companhia Fiação e Tecidos Portoalegrense), Martins de Oliveira (servente, Companhia Carris Portoalegrense) e Joaquim Francisco da Silva (guarda noturno, Cine-teatro Apolo). **Fonte:** Acervo DRT/RS-NDH-UFPeL.



Figura 6: Antonio da Cunha Oliveira (operador em bomba de gasolina, Standar Oil of Brasil), Manuel Saturnino de Brito Viana (auxiliar de comércio, Depósito Sociedade da Banha), Carlos Christmann (auxiliar de comércio, Viúva Felipe Becker), Cizeno Alves Bizarro (comércio, Edmundo Dreher e Cia.), João Guilherme Borges (óptico, Foernges Irmãos), Luiz Alexandre de Campos (guarda noturno, Livraria do Globo), Jose Polak

(tipógrafo, Companhia tipográfica Metzler Ltda), Arnaldo Braga (bancário guarda livros provisionado, Banco Portoalegrense). **Fonte:** Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.



Figura 7: Josyl Koenig (redator de jornal, Companhia tipográfica Metzler Ltda), Henrique Stardoline (operador em bomba de gasolina, The Texas Company Ltd. (South America), Virgilio Damiani (comércio, Damiani Irmãos), Pedro Barboza (padeiro, Padaria Familiar), Joaquim Ribeiro Lobatut (tipógrafo, Livraria Americana), Joaquim Pedro Farias Guimaraes (ajudante de almoxarifado, Wallig e Cia.), Raul Rocha Moreira (comércio, Danree e Cia.) e Simao Odolinski (guarda externo, Soc. Indust. e Comercio Ltda.). **Fonte:** Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.



Figura 8: Emilio Nique (apresto, Companhia Fiação e Tecidos Portoalegrense), Frederico Schmidt (carpinteiro, A. J. Renner), Nicandro Giordani (ensacador, Ernesto Neugebauer e Cia.), Franklin L. da Silveira (jornaleiro, Companhia Carris Portoalegrense), João Damasceno

Dias (bancário contínuo, Banco do Estado do Rio Grande do Sul), Edmundo Bandel (auxiliar de comércio, Oscar Teichmann e Cia.), Eugen Slank (chocolateiro, Ernesto Neugebauer e Cia.) e Miguel Ruan Rodrigues (servente, Livraria Americana). **Fonte:** Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.

As fotografias que compõem as figuras são interpretadas como resquícios que atestam as vidas dos trabalhadores e que permitem contar uma parte de suas trajetórias, tornando-os visíveis novamente. Susan Sontag, enfatiza que “uma foto é tanto uma pseudopresença quanto uma prova de ausência” (SONTAG, 2004, p.26). Os registros fotográficos em 3x4 atestam essa pseudopresença, uma vez que os retira de uma coletividade anônima da classe operária e os individualiza a partir da exibição de seus rostos.

A fotografia 3x4 tinha por objetivo inicial ser usada apenas à confecção da carteira e, na sequência, conservada no que, burocraticamente, se costumou chamar de “arquivo morto”. Entretanto, na atualidade, é considerada documento histórico e ela e o papel que a conservou atestam uma ausência e possibilitam reativar indícios de uma história de vida, ou seja, o arquivo nunca esteve “morto”. Essa presença do trabalhador pela fotografia 3x4 pode ser entendida não como a imagem da morte, do morto, daquele ou daquela que foi, mas como uma reapresentação que pode ser realizada no presente a partir do novo uso dado às fotografias.²¹ É nessa perspectiva que as fotografias que compõem as figuras são compreendidas, possibilitando dar a ver novamente as expressões e fisionomias de trabalhadores – neste texto os homens e mulheres 60+ –, os quais, no apagamento da história das pessoas comuns, são difíceis de serem localizados.²²

Todas as fotografias acima estão de acordo com o que era previsto no decreto que criou a carteira: “As fotografias que figurarão na carteira deverão reproduzir a imagem da cabeça tomada de frente, com as dimensões aproximadas de três

²¹ Essa perspectiva é traçada pela teórica da fotografia Ariella Azoulay, autora, entre outros, de *Civil Imagination* e de *História Potencial* em entrevista ao jornal *Estadão*, em 2020. A referência à fotografia como morte, abordagem de Roland Barthes, é mencionada por Azoulay. Disponível em <https://www.estadao.com.br/cultura/artes/ariella-azoulay-a-fotografia-e-uma-tecnologia-de-extracao-como-muitas-outras-tecnologias/>. Acessado em 11.09.2024.

²² Para a pesquisa histórica, a visualização de expressões são também recorrentes em textos de memória, como o de Dante de Laytano, citado por Mary Del Priore, mas sem indicação de referência, que podem construir narrativamente imagens de velhos trabalhadores. Segundo Priore, Laytano referia um “Índio Velho” chamado Isolino Leal, “de pele tostada (...), trabalhando na Companhia Previdência do Sul, pontual no seu horário de entrar no emprego. (...) fisionomia simpática, sorridente. (...) frequentava o “Grupo da Praça da Harmonia” e o círculo de intelectuais reunidos em torno da Editora Globo, em Porto Alegre” (PRIORE, 2025, p. 200).

centímetros por quatro”. Também estavam em consonância com a obrigatoriedade do dia da realização da fotografia, que deveria constar, “em algarismos bem visíveis, a data em que tiverem sido feitas, não se admitindo fotografias tiradas mais de um ano antes da sua apresentação”. Elas igualmente não se diferenciam do que era esperado – e, na atualidade, ainda é assim – para uma fotografia realizada objetivando a solicitação de um documento oficial, com a seriedade que a ocasião demanda. Conforme colocado por Maria Izilda Matos, desde seus primórdios “se fazer fotografar era uma ocasião rara (em alguns casos, única na vida)”, portanto, “se acreditava que expressões sérias, sem sorriso, seriam as mais adequadas” (MATOS, 2018, p. 181), percepção que foi mantida quando da produção das fotografias em pequeno formato. A maioria dos trabalhadores apresenta expressões sérias, quase sisudas e sem sorrisos – exceção, entretanto, é o terceiro fotografado da figura 5, que esboça um leve sorriso, enquanto o último da figura 7 e o terceiro da figura 8 parecem estar mais relaxados e quase sorriem.

Os dois primeiros fotografados da figura 1 tiveram seus registros produzidos no mesmo dia, 07 de setembro de 1933, sendo que o mesmo ocorreu com os irmãos da figura 2, fotografados em 17 de julho de 1933, e com o sétimo da figura 6 e o primeiro da figura 7. No caso dos dois primeiros, em suas fichas constam o carimbo da Livraria do Globo, nos dois da figura 2, o carimbo é do Sindicato dos operários em fábricas têxteis e, nos dois últimos, da Companhia Metzler Ltda. Essa constatação vai ao encontro do que foi apontado anteriormente sobre os pedidos organizados pelos próprios empregadores ou pelos sindicatos, assim, antes de encaminhar as fichas, era necessário providenciar, também, a feitura da fotografia.

Dessa forma, o ato de ir ao estúdio fotográfico ou o contrário, o fotógrafo indo até o local de trabalho dos seus fotografados, tornou-se uma realidade para os trabalhadores de Porto Alegre em 1933. O ato poderia ser o momento inaugural do encontro entre fotógrafo e fotografado, uma vez que, apesar de uma quantidade considerável de estúdios e profissionais instalados na capital nos anos 1930,²³ o acesso aos registros fotográficos ainda não era possível para grande parte das pessoas, especialmente para a classe operária (BARBOSA, 2018). É visível em algumas nas fotografias – na terceira da figura 2, na quarta e na oitava da figura 3, na

²³ Os modelos diferentes de placas nas fotografias dos trabalhadores é um indício da variedade de profissionais. Sobre os estúdios fotográficos em Porto Alegre ver POSSAMAI, 2005.

primeira e na terceira da figura 5, na sétima da figura 6 e na primeira e na quarta da figura 7 – a presença de um tecido escuro para dar neutralidade ao fundo. Essa era uma estratégia do fotógrafo para que a câmera não registrasse o que estava atrás do trabalhador, o que permite considerar a hipótese de a fotografia ter sido realizada fora do estúdio. A improvisação quanto à simulação de um estúdio fica evidenciada nos amarrotos do tecido perceptíveis na imagem fotográfica.

Na ficha de qualificação havia um conjunto de campos para registros antropométricos dos solicitantes. Além da cor da pele, eram anotados os dados sobre altura, cor dos olhos, cor do cabelo e, em outros dois, específicos para os homens, eram registrados o eventual uso de barba e/ou bigode. Essas informações se tornam verificáveis nas fotografias, as quais permitem visualizar que os trabalhadores 60+ tinham, em sua maioria, os cabelos brancos ou grisalhos e possuíam bigodes de formatos variados, sendo alguns mantidos, certamente, por muitos anos. Essa diversidade de bigodes também indica um modo de ser naquela sociedade e uma tendência na projeção da masculinidade e da maneira de apresentar-se em público.

São os diferentes rostos da velhice trabalhadora, antes esquecidos no arquivo, a apresentar os elementos físicos de suas expressões faciais. Todos eles pessoas 60+, com suas particularidades que se fazem presentes, a revelar que, para além do demarcador da idade, os aspectos físicos das pessoas mais velhas assumiam diferentes feições, rostos estranhos e distantes, em preto e branco, mas ao mesmo tempo tão ordinário e próximo, porque humano.

Considerações finais

A fotografia 3x4 buscava focar e isolar o rosto da pessoa, permitindo conhecer o perfil fisionômico e atribuir valor à aparência. Sua precisão garantia a reconhecibilidade dos traços físicos e do simbolismo do olhar. No início do século XX (e quiçá ainda hoje assim se faça) havia premissas para o estabelecimento de relações entre o aspecto físico e as características de ordem moral e comportamental. A eugenia vigorava e as pessoas eram facilmente diferenciadas entre “adequadas” ou “inadequadas”²⁴ nos modos cognitivos, fisiológicos e atitudinais a partir das características físicas e corporais, fatos que impactavam negativamente a inserção de

²⁴ Sobre eugenia: <https://www.invivo.fiocruz.br/historia/o-que-e-eugenia/>. Acesso em 11/07/2025.

velhos e velhas no mercado de trabalho, já que carregavam no rosto as expressões da passagem do tempo.

A multiplicidade de rostos, de olhares, de formatos fisionômicos, traz expressão viva a estas pessoas 60+. Os nomes, as profissões e os semblantes contribuem no movimento de percepção da identidade daquelas pessoas. Por mais incompleto e subjetivo que seja, ao visualizarmos as imagens dos rostos, podemos construir outros sentidos àqueles trabalhadores. Não se trata, por exemplo, apenas de dizer que João José de Azevedo era o trabalhador mais velho da Livraria do Globo, que era carpinteiro e tinha 78 anos em 1933, mas de dizer que usava barba (ou estava com a barba por fazer), tinha olhos pequenos e expressivos, boca contornada, nariz afinado, cabelo grisalho penteado desajeitadamente para trás; o rosto um pouco inclinado para a direita revelando bem a orelha graúda; o terno que vestia estava amassado e a gravata, mal colocada, indicando certo desajuste ou desabitução a este tipo de vestimenta; suas rugas, a marca natural do tempo no rosto humano, são perceptíveis. Toda essa humanidade pode ser captada pela presença daquelas pessoas a partir das imagens fotográficas. São percepções que, longe da romantização, permitem apreender uma presença do trabalhador para além do registro exitoso da câmera (AZOULAY, 2024, p. 144) e de percebê-lo como uma vida, como uma pessoa velha e ativa no mercado de trabalho cuja experiência extrapola a representação do carpinteiro.

As fotografias 3x4 apresentam os distintos olhares desses trabalhadores velhos de Porto Alegre em 1933. Podemos dizer, desses pobres trabalhadores, pois pelas ocupações no comércio e no serviço, eram, sim, pertencentes aos grupos da base da pirâmide social da época. A comparação desses olhares pode conduzir facilmente a juízos sobre marcas, cansaços e disposições. Se estas são práticas de subjetividades e suposições, não podem ser totalmente descartadas. Para além do evento fotográfico, da imagem reduzida à foto, da dimensão produtiva da imagem, são presenças, tal como afirmou Azoulay (2024, p. 201) “cuja existência pode ser proclamada pelas pessoas fotografadas e pelos espectadores”. Assim, podemos dizer que esses olhares expressos nas fotografias mobilizam nossos (pre)julgamentos, mas obviamente sem definir ou induzir personalidade, como faziam os eugenistas. Não temos como aferir as atitudes dessas pessoas, no trabalho ou fora dele, mas a dimensão humana da

pesquisa não revela apenas rostos humanos. Eles causam simpatia, compaixão, admiração e aproximação.

A análise das fichas demonstrou aspectos relevantes da cultura do trabalho no início dos anos 1930 no que tange ao universo da empregabilidade da velhice em Porto Alegre. As profissões eram variadas – auxiliares de comércio, serventes, guardas, marceneiros, entre outras –, indicando ampla possibilidade de vida produtiva no universo 60+, mesmo em condições de elevado esforço físico. Alguns estavam vinculados ao mesmo estabelecimento, como exemplificam os trabalhadores têxteis, aqueles da fábrica de chocolates, os ferroviários e os bancários. As mulheres velhas estavam praticamente ausentes, não do mercado de trabalho, mas da solicitação de carteira.

Pode-se dizer que eram basicamente quatro os sentidos da relação entre idade avançada e trabalho: a eventual valorização da experiência, como nos casos da Livraria do Globo e do Banco do Estado do Rio Grande do Sul; a consideração quanto aos conhecimentos específicos adquiridos pelo ensino profissional, como o chocolateiro, o confeitoiro e o foguista; a formação profissional advinda pela prática e pelos anos de experiência, exemplificados pelos sapateiros, o tintureiro, a costureira; e, possivelmente, os salários mais baixos em relação aos trabalhadores de outras faixas etárias.

Para finalizar, retomando as imagens, podemos dizer que elas mostram as singularidades desses trabalhadores velhos e, na análise histórica, permite traduzi-las e contextualizá-las. Seus rostos nas fotografias são fontes para historicizar a velhice trabalhadora, para conhecer fisionomicamente quem eram essas pessoas velhas em Porto Alegre no ano de 1933, mas também para imaginar o seu passado trabalhista até aquela ocasião.

Referências bibliográficas

AZOULAY, Ariella Aïsha. **História potencial: desaprender o imperialismo**. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu editora, 2024.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho antes de 1930: emprego e "desemprego" na cidade de São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 80, p. 91-106, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/NBcJvH9wH4znNnRwhjRX4Xx/>. Acesso em 22/04/2025.

BARBOSA, Paulo Roberto. **Crônicas do cinematógrafo**: escritos sobre cinema e fotografia. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2018.

BILHÃO, Isabel. **Identidade e Trabalho**: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920). Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, RS, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 14^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DESPRET, Vinciane. **Um brinde aos mortos**: histórias daqueles que ficam. Trad. Hortencia Lencastre. São Paulo: n-1 edições; Sesc São Paulo, 2023.

FONSECA, Juarez. **Neugebauer, uma história**. Porto Alegre: Florestal Alimentos, 2009.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GOIS JR, Edivaldo. A “luta contra a morte”: os corpos, modernidade brasileira e uma história da velhice, São Paulo e Rio de Janeiro, década de 1930. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, v. 27, p. 93-113, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/MmhhtbsX9cz5RThJnw3FYBJ/>. Acesso em 02/05/2025.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul**: Um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas, SP, 2006.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

LONER, Beatriz. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito. (Org). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil**. Pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, p.09-24.

LOPES, Aristeu. História e memória dos trabalhadores no Rio Grande do Sul: O acervo da Delegacia Regional do Trabalho, 1933-1943. *Revista Memória em Rede*, v. 7, p. 01-15, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9399> Acesso em 30/04/2025.

LOPES, Aristeu. Os trabalhadores das fábricas de chocolates e caramelos em 3x4: história do trabalho e fotografia a partir da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 1933-1943. *Revista de História da Unisinos*, v. 21, p. 109-124, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.241.10/60747489> Acesso em 15/05/2025.

LOPES, Aristeu. *Trabalhadores da carne e do couro em 3x4*: histórias de trabalho e fotografias nas solicitações de carteira profissional em frigoríficos e curtumes no Rio Grande do Sul, anos 1930/1940. Porto Alegre: Casalettras, 2023.

MATOS, Maria Izilda. **Por uma possível história do sorriso**. Institucionalização, ações e representações. São Paulo: Hucitec Editora, 2018.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/>. Acesso em 30/11/2024.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas**: histórias e memórias da cidade. Porto Alegre: Edipuc, 2006.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem**: experiências negras no espaço urbano – 1858-1888. Porto Alegre: EST, 2003.

PEREIRA, Antônio Carlos dos Santos. **Discursos médico-eugenistas sobre a velhice no livro “Envelheça sorrindo”, de Renato Kehl (1949)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, PB, 2023.

PESAVENTO, Sandra. **A emergência dos subalternos**. Trabalho livre e ordem burguesa. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FAPERGS, 1989.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre, RS: UFRGS: Tchê!, 1992.

PETERSEN, Sílvia. **“Que a união operária seja nossa pátria!”**: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre/Santa Maria: Editora da UFRGS/Editora da UFSM: 2001.

POLETTI, Ronaldo. **1934**. Coleção Constituições brasileiras, v. 3. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

POSSAMAI, Zita. **Cidade fotografada**: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos de Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, RS, 2005.

PRIORE, Mary Del. **Uma história da velhice no Brasil**. São Paulo: Vestígio, 2025.

SCHEER, Micaele Irene. **Vestígios de um ofício**: o setor calçadista e as experiências de seus trabalhadores na cidade de Pelotas (1940-2014). Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, RS, 2020.

SCHMIDT, Benito. (Org). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil**. Pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SCHMIDT, Benito. **De mármore e de flores**: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, outubro de 1906). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**. v. 8, p. 137-152, 1994. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9652>. Acesso em: 02/03/2025.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos**: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado sobre o Rio Grande do Sul – Brasil,

1854-1940. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, RS, 2004.

SILVA, Nauber Gavski. **O “mínimo” em disputa:** Salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c.1940-c.1968). Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, RS, 2014.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos:** as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, RS, 2012.

TORRESINI, Elisabeth Rochadel. **Editora Globo:** uma aventura editorial nos anos 30 e 40. São Paulo/Porto Alegre: EDUSP/UFRGS, 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e filantropia. **Locus:** Revista de História. v. 10, p. 01-15, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20603>. Acesso em: 03/07/2025.

XAVIER, Regina Célia Lima. **Tito de Camargo Andrade:** religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas, SP, 2002.

*Recebido em Julho de 2025
Aprovado em Setembro de 2025*